EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.622.079 - SP (2019/0343085-8)

RELATOR	**:**	**MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
EMBARGANTE	:	MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADORES	:	JOSE DE ARIMATÉIA SOUSA DOS SANTOS - SP307051
		PAULO EDUARDO RODRIGUES NETO - SP289892
EMBARGADO	:	ALCINDO DE ARRUDA
EMBARGADO	:	ARACELIS GARAGNANI
EMBARGADO	:	LAZARO MAIA
EMBARGADO	:	MARIA REGINA MAIA
EMBARGADO	:	CARMEN CRISTOVAM DA SILVA OLIVEIRA
EMBARGADO	:	CELIDA REGINA DE OLIVEIRA
EMBARGADO	:	ELIANE MARIA SANTINI THOME
EMBARGADO	:	JANE RICCO DE ANDRADE
EMBARGADO	:	JOAO BRAZ
EMBARGADO	:	JOAQUIM CORREA CAMARGO
EMBARGADO	:	JORGE TADEU DA SILVA
EMBARGADO	:	LIDIA MARIA DOS SANTOS
EMBARGADO	:	LUCELIA DA SILVA
EMBARGADO	:	LUIZA APARECIDA PINHEIRO
EMBARGADO	:	MARIA DE FATIMA ALVES
EMBARGADO	:	MARIA DE LOURDES JORGE
EMBARGADO	:	MARINA ELISABETH DIAS
EMBARGADO	:	MILTON VERIANO DE CAMPOS
EMBARGADO	:	MITIYO SAITO
EMBARGADO	:	NORMA DE MEDEIROS PEISIG
EMBARGADO	:	NEUZA FARIA BEZERRA DE MENEZES
EMBARGADO	:	OBERDAM TURATI
EMBARGADO	:	PEDRO SERGIO CAVALCANTI DE MENDONCA
EMBARGADO	:	REGINA HELENA CARNEIRO PRESTO
EMBARGADO	:	REINALDO DA SILVA SOARES
EMBARGADO	:	ROSANGELA FERREIRA DA COSTA SANTOS
EMBARGADO	:	SANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA TURATI
EMBARGADO	:	SILVIA FERRARI DA FONSECA
EMBARGADO	:	SILVIA REGINA PRADO ALMEIDA ROCHA
EMBARGADO	:	VALDOMIRO DE FRANCA
ADVOGADO	:	VICENTE JOSÉ DE SOUZA - SP173682

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por MUNICÍPIO DE SÃO PAULO em face da decisão que não conheceu do agravo em recurso especial em razão

Edição nº 2883 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 02 de Abril de 2020 Publicação: Sexta-feira, 03 de Abril de 2020
Código de Controle do Documento: 7001D7C2-0BDB-4258-9CD3-33E743296968

da ausência de impugnação dos fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que "o Município, em seu ARESP, atacou de maneira específica o fundamento em questão, havendo omissão e erro material na decisão monocrática ora embargada" (fl. 277).

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contrarrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, **o que não se verifica na hipótese**.

Ressalte-se que o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno desta Corte, de que não se conhecerá do agravo em recurso especial que "*não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida*".

A propósito, da análise do recurso de agravo em recurso especial observa-se que a parte agravante deixou de impugnar especificamente um dos fundamentos da decisão agravada - Súmula 7/STJ. Veja-se que a refutação apta a infirmar a decisão agravada deve ser **efetiva, individualizada, específica e fundamentada.**

Cito, a propósito, o seguinte julgado:

> PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. MULTA POR OCUPAÇÃO IRREGULAR DE IMÓVEL. DESCONTOS À TÍTULO DE OCUPAÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DESVINCULAÇÃO DA ENTREGA DO IMÓVEL DOS ATOS DA CEDAE. IMPROCEDENTE A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.
>
> PARCIALMENTE PROCEDENTE A REPETIÇÃO DE INDÉBITO. DEMAIS PEDIDOS PROCEDENTES. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA.
>
> I - Na origem, trata-se de ação ordinária em que a ora agravada questiona a cobrança de multa por ocupação irregular de imóvel e de descontos a título de taxa de ocupação, pleiteia indenização por danos morais, repetição de indébito e que desvincule a entrega do imóvel dos atos

Edição nº 2883 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 02 de Abril de 2020 Publicação: Sexta-feira, 03 de Abril de 2020
Código de Controle do Documento: 7001D7C2-0BDB-4258-9CD3-33E743296968

> da CEDAE. Na sentença, julgou-se improcedente o pedido de indenização por danos morais e parcialmente procedente o pedido de repetição de indébito, demais pedidos julgados procedentes. No Tribunal a quo, a sentença foi mantida.
>
> **II - Inadmitiu-se o recurso especial com base nos óbices referentes à incidência da Súmula n. 7/STJ e da Súmula n. 83/STJ. Agravo nos próprios autos que não impugna os fundamentos da decisão recorrida.**
>
> **III - São insuficientes para considerar como impugnação aos fundamentos da decisão que não admite o recurso especial na origem: meras alegações genéricas sobre as razões que levaram à negativa de seguimento, o combate genérico e não específico e a simples menção a normas infraconstitucionais, feita de maneira esparsa e assistemática no corpo das razões do agravo em recurso especial.**
>
> IV - No caso em que foi aplicado o Enunciado n. 83 do STJ, incumbe à parte, no agravo em recurso especial, pelo menos, apontar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão impugnada. Não o fazendo, é correta a decisão que não conhece do agravo nos próprios autos.
>
> V - Agravo interno improvido.
>
> (AgInt no AREsp 1474472/RJ, Relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 28/10/2019.)

Por fim, ressalto que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita. Nesse sentido, o EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração** e advirto a parte embargante sobre a reiteração deste expediente, sob pena de pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque, os próximos embargos versando sobre o mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Edição nº 2883 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 02 de Abril de 2020 Publicação: Sexta-feira, 03 de Abril de 2020
Código de Controle do Documento: 7001D7C2-0BDB-4258-9CD3-33E743296968

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

Edição nº 2883 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 02 de Abril de 2020 Publicação: Sexta-feira, 03 de Abril de 2020
Código de Controle do Documento: 7001D7C2-0BDB-4258-9CD3-33E743296968